

Estados e União

A exposição de motivos em que o ministro da Fazenda justifica a criação do programa de apoio à reestruturação e ajuste fiscal dos Estados permite pensar que, dificilmente, essas unidades da Federação poderão ter acesso às linhas de crédito oferecidas pelo governo por intermédio da Caixa Econômica Federal.

Para aproveitar-se dessas facilidades, deverão os Estados sujeitar-se a obrigações, que, embora plenamen-

te justificadas, exigirão deles uma política de austeridade pouco compatível com um ano eleitoral. O próprio governo central hesitaria em adotar tal política. O problema — como se vê — é delicado, visto que sem essa ajuda as finanças estaduais continuarão a registrar grande déficit. Pode-se esperar, portanto, que o governo federal amenize suas exigências depois de negociações.

Compreende-se que o Planalto tenha, desta feita, oferecido uma ajuda condicional. Efetivamente, o ministro Pedro Malan lembra que, anteriormente, já por três vezes, tentou sanear as finanças estaduais. Deixou claro que tais iniciativas resultaram improficuas diante do mau gerenciamento dos governadores. Não obstante a ampliação, neste ano, em decorrência do Plano Real, das receitas do ICMS havidas de julho de 1994 até setembro de 1995 (28% em relação ao período de julho de 1993 até setembro de 1994) e do recebimento, no mesmo período, de 15% a mais, em valor real, de recursos do Fundo de Participação dos Estados, essas unidades acusam o pior resultado dos últimos cinco anos.

Dessa forma, mesmo considerando o vulto das medidas de ajuda ora previstas, pode-se pensar que só a adoção, por parte dos Estados, de mudanças profundas na gestão das suas finanças poderá reduzir um déficit que põe em risco o próprio Plano Real.

O Planalto está apresentando aos Estados cinco exigências. A mais importante, ao que entendemos, envolve a efetivação do processo de privatização, a concessão de serviços públicos, a reforma patrimonial e o controle das estatais. Até o final do primeiro semestre

de 1996, os governos estaduais terão de apresentar programas, nesse sentido, ao BNDES, esclarecendo a destinação das receitas provenientes da venda das empresas estatais, para redução das respectivas dívidas junto ao Tesouro. Ao

que nos parece, tal exigência deveria ser cobrada, por coerência, do próprio governo federal, que tanto tarda em acelerar e cumprir o seu Programa de Desestatização. Sabe-se que,

no que toca à privatização das empresas dos Estados, o BNDES poderá adiantar numerário a essas unidades da Federação na base do valor dessas empresas na Bolsa, medida que nos parece perigosa: por um lado, se a venda dessas empresas se realizar a um preço inferior ao das cotações nas bolsas; por outro, se não se efetuar tal transferência ao setor privado.

O governo federal exige uma redução da despesa de pessoal que para ser efetiva vai obrigar os governos estaduais a tomar providências muito sérias: respeitar os limites de remuneração (vencimento do presidente da República), o limite de 60% das receitas líquidas para os gastos com pessoal, devendo fazer já em 1996 uma redução de pelo menos um terço do excedente a esse limite; reduzir o quadro atual dos funcionários, revogar quaisquer benefícios aos servidores estaduais não concedidos pelo governo federal aos próprios servidores, adotar medidas para adequar o sistema de previdência do servidor público estadual a parâmetros que assegurem o pleno equilíbrio atuarial do sistema (como seria bom que o governo central fizesse o mesmo...). Isso, além de os governadores deverem apresentar emendas à Constituição dos Estados no mesmo sentido de que as que forem aceitas no plano federal.

As outras exigências (aumento das receitas através de uma maior fiscalização, redução e controle do endividamento estadual, equilíbrio operacional) são mais clássicas, mas também exigirão grandes esforços. O que podemos perguntar é se os Estados estarão dispostos a responder a tais exigências e se o governo federal manterá com firmeza as suas exigências...

Para ajudar os Estados, a União faz exigências que dificilmente poderão ser cumpridas